



ADVÉRBIO

Revista Científica dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário FAG

Vol.17 - N. 33 | 2022 | ISSN 1808-883X

UM LAPSO DO EXERCITAR

Márcia Vorpapel Serschön

Alexandre Sebastião Ferrari Soares

UM LAPSO DO EXERCITAR

Márcia Vorpapel Serschön¹

Alexandre Sebastião Ferrari Soares²

RESUMO:

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o processo discursivo da materialidade significativa na ocorrência de um lapso que torna visível o funcionamento da evidência subjetiva, aquela que dissimula para o sujeito sua constituição ideológica. Sendo o sujeito discursivo afetado pela ideologia de um lado e pelo inconsciente de outro, ele não tem consciência de seu assujeitamento. A partir da análise de um corpus, busco analisar essa fissura na ocorrência de um lapso na escrita. Neste artigo, analiso um recorte de uma materialidade significativa presente em uma página do *Facebook* de um grupo de mulheres que faz parte do movimento *#elesim*, temática que abordo na minha pesquisa de mestrado, sendo este um recorte de parte de um dos capítulos.

PALAVRAS-CHAVE:

Discurso, lapso, inconsciente, mulher.

¹ Doutoranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

² Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

INTRODUÇÃO

A materialidade discursiva desta pesquisa situa-se na articulação entre a tecnologia digital e a discursividade presente nestas plataformas. Logo, tal materialidade também constitui os sujeitos desta sociedade, discursos em circularidade sobre os quais está alicerçada essa sociedade tecnológica digital. Podemos dizer que sujeito e simbólico constituem-se mutuamente sob o viés discursivo.

A rede social é denominada como um complexo de relações entre pessoas que fazem parte de um grupo que têm, por meio dessas plataformas, um meio de interação, informação, etc. Essas mídias se tornaram um importante instrumento de disseminação de uma infinidade de discursos, em especial durante a campanha presidencial de 2018, que é o período inicial do recorte da materialidade discursiva desta investigação. Nesse sentido, considerando que o indivíduo é constituído em sujeito pela ideologia, buscamos compreender como os sujeitos dos discursos são subjetivados e por quais ideologias eles são atravessados.

Assim, a ideologia é constitutiva da linguagem, e definida por Pêcheux (1997) como o mecanismo produtor de evidências, ela “se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 1997, p. 20). Isso permite que o sujeito tenha como ‘naturais’ a circulação de um dado conjunto de sentidos acerca da Internet e não de tantos outros possíveis de serem enunciados. Não há sentido possível sem interpretação, pois diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, deparando-se com a questão: o que isto quer dizer? É neste movimento de interpretação que o sentido nos é apresentado como evidente, como se ele estivesse sempre lá.

Como breve gesto analítico, busca-se falar neste trabalho sobre ditos de mulheres neste espaço digital.

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DO SENTIDO NA ANÁLISE DE DISCURSO

A teoria da Análise de Discurso permite compreender a discursividade no dizer dos sujeitos inscrevendo-os em formações discursivas com os relativos atravessamentos ideológicos. Deste modo, o que faz significar e construir efeitos de sentidos, a partir de um determinado discurso, é tudo o que envolve a língua, a historicidade e o sujeito.

Faz-se necessário abordar a definição de sujeito na Análise de Discurso para que seja possível ponderar acerca das implicações de cada dizer pertencente ao corpus da pesquisa, o que compreende as materialidades discursivas provenientes do recorte digital.

No discurso, o sujeito ocupa uma posição-sujeito que permite produzir efeitos de sentidos a partir de formações discursivas com seus respectivos atravessamentos ideológicos, os quais constituem o dizer de cada sujeito, pois o sujeito está preso a um sentido devido à sua inscrição em uma dada formação discursiva.

Segundo Baronas (2004), o sujeito do discurso dentro de sua fala faz a reflexão de suas próprias representações relacionadas ao seu tempo e ao seu espaço. Assim, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, esse indivíduo citou seu discurso em relação aos discursos de outro indivíduo. Por conseguinte, o sujeito incorpora o outro, divide o seu espaço de discurso com outro, porém é necessário enfatizar que esse outro não é somente o destinatário para quem ele se dirige, mas também os discursos que emergem de sua fala.

Portanto, os conceitos relacionados a sentido, enunciação, ideologia, condições de produção, e sujeito discursivo na realidade estão interrelacionados e não podem ser confundidos. O autor Fernandes (2005) afirma que, o discurso de um modo geral possui a sua existência dentro da exterioridade do linguístico, fortemente marcado sócio-histórico-ideologicamente.

Em relação ao fato de que, na verdade, os discursos são perpassados por outros discursos, Pêcheux aborda a concepção de um sujeito marcado pela ideia de unidade, de ser fonte ou origem do sentido, constituindo uma ilusão

necessária, na formação do sujeito para que o sujeito continue a produzir discurso. O sujeito como centro e origem do sentido passa a ser questionado, já que ele situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Para a AD, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido num determinado lugar e tempo. Com isso, ele vai posicionar o seu discurso em relação aos discursos do outro, estando inserido num tempo e espaço socialmente situados. No imbricamento entre o linguístico e o social, a enunciação passa a ser um fator relevante para a interpretação, entendida aqui discursivamente, como a necessidade da relação da língua com a história, ideologicamente construída para a constituição do significado. Aliado a esse fato, mobilizaremos a noção de Pêcheux (1997), que afirma que a interpretação é um “gesto”, isto é, um ato no nível simbólico. É o lugar próprio da ideologia em que a interpretação é “materializada” pela história.

Orlandi (2015) propõe acerca de como podemos escutar outros sentidos presentes em um enunciado, afirmando que a compreensão propõe a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão compreendendo como esses sentidos estão constituídos.

O sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2014, p. 150).

De acordo com Indurski (1998), a AD apresenta um conceito próprio de sujeito, através de traços do sujeito psicanalítico (do inconsciente), somados a traços do sujeito do materialismo histórico (do ideológico). O sujeito do discurso é social, determinado historicamente e, por conseguinte, assujeitado ideologicamente e afetado pelo inconsciente. Este sujeito é constituído pelo simbólico, logo, “o indivíduo, ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se imaginariamente com a ‘forma-sujeito’ de uma formação discursiva”. Sujeito e sentido são/estão constituídos no discurso à medida que o

sujeito assume em seu dizer/escrever as posições-sujeito próprias do discurso que articula, as quais carregam marcas do social, do ideológico e do histórico.

No campo da AD, o discurso se constitui sobre o primado do interdiscurso: todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade. Então, pode-se conceber a memória discursiva como sendo esses sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e que são retomados no intradiscurso. Este é, muitas vezes, apagado pela ideologia, para produzir o efeito de homogeneidade discursiva, espaço de deslocamentos, de retomadas, de conflitos, de regularização.

A página *Mulheres.com*, tem como voz dar visibilidade e apoio incondicional ao presidente da república brasileira, e o fazem com muita devoção, assim sendo, seguiremos com a análise da SD, buscando mostrar a conexão estabelecida com o título da página.

Na SD: "Somos o exército feminino de Bolsonaro", abordaremos a ocorrência de um lapso na escrita.

Inicialmente cumpre destacar que a Análise de Discurso aqui proposta pretende demonstrar que não existe discurso neutro, além do fato de que todos os discursos são perpassados por outros discursos. O discurso, de um modo geral, não pode ser desvinculado das práticas sociais dentro das quais está inserido, portanto, para se analisar um discurso é necessário se fazer a conexão entre o homem, a história e a sociedade.

Além disso, para a autora, as condições de produção devem ser consideradas tanto em sentido estrito, a saber, em um contexto imediato; quanto em sentido amplo, ou seja, constituídas sócio e historicamente pela ideologia. Como são de ordem histórica, as CP estão relacionadas ao que é conhecido na AD como interdiscurso ou memória discursiva.

De acordo com Orlandi, o interdiscurso é:

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o "anonimato". Possa fazer sentido em "minhas" palavras. No interdiscurso, diz Courtine

(1984), fala uma voz sem nome. (ORLANDI, 2015, p. 31-32).

Ainda é necessário mencionar, que as práticas sociais são determinantes nos efeitos de sentido que um determinado discurso pode ter. A teoria da AD pecheutiana, busca falar a respeito do fato de que o discurso não pode ser encontrado nele mesmo, existe a necessidade de se recordar outros discursos que estão com ele correlacionados.

A LINGUAGEM COMO FORMA DE EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE

Sobre o lapso, "é preciso trabalhar com a ideia de desejo inconsciente, para que assim possamos compreender esses lapsos de escrita" (MAIA, 2006, p.34). A autora ainda nos diz que,

Evidentemente que esses supostos erros só terão o valor de erro para aqueles que não trabalhem com o conceito de inconsciente; para os outros, essas formações languageiras do inconsciente são irrupções dessa instância por conta da ação do recalçamento de um desejo inconsciente que se faz inaceitável pelo eu, só podendo aparecer como um lapso revelador de uma verdade. (MAIA, 2006, p. 34-35).

Ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustenta cada tomada da palavra. Assim sendo é sabido que todo discurso é afetado por outros dizeres, os efeitos de sentidos nele e por ele produzidos sempre se dão em relação a outros discursos existentes anteriormente.

Deste modo, se a língua fosse "meio", não permitiria o deslocamento dos sentidos, seria mero artefato adaptado ao revestimento do pensamento e faria ver o mundo por meio de um espelho translúcido de face plana.

Pêcheux, contudo, atenta para os jogos de linguagem, para o deslocamento metafórico e para os paradoxos de enunciação que fazem a língua ranger, mesmo desejosa de submissão e omissão. Seja por meio dos jogos de linguagem, que permitem os chistes, os trocadilhos, os gracejos; seja por meio da metáfora, que permite a importação dos significantes, fazendo com que digam o que não diziam; seja por meio dos paradoxos de enunciação, que permitem que um "ato" seja outro e que o sujeito se travista, fazendo ranger os eixos dêiticos, as previsões

convencionais estão sujeitas à ruptura, sendo o ato falho um exemplo canônico (CATTELAN, 2020).

A Análise de Discurso pecheutiana aborda os discursos num movimento de circularidade dos sentidos, sendo assim, os sentidos não são mecanismos fechados em si. Tais mecanismos se esburacam pela opacidade da língua e, na falha, a normalidade fica sujeita ao equívoco e à indicação de sentidos outros. É natural das línguas o movimento que vai do estável ao instável e vice-versa e faz com que regras sejam criadas e desreguladas, pois a língua é afetada pelos atravessamentos ideológicos e pela força do inconsciente. Portanto, os lapsos, os chistes, bem como os sonhos, não podem ser caracterizados como não sendo emergências surpreendentes dentro de uma presença permanente de análise. Quando falamos em inconsciente não tratamos de algo escondido ou oculto, todavia de algo que se manifesta de vez em quando, faz-se presente nas mais diversas ações diárias, tanto na fala como na escrita, e que foge ao comando dos sujeitos. É através do ato falho/lapso que o desejo do inconsciente é realizado, e se faz conhecer.

SD1 “Somos o exercito feminino de Bolsonaro”³.



Fonte: Página do facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

A SD1 carrega como enunciado “*Somos o exercito feminino de Bolsonaro*”, representado visualmente por cinco mulheres, mas que representam muitas, e possivelmente marcando as cinco regiões brasileiras pelas quais nosso país é formado (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste), ou seja, *elas* representam o Brasil em sua totalidade, de Norte a Sul. Nesta SD nos situaremos na modalidade de quebra do ritual discursivo no que tange a escrita do verbete “exercito”, uma vez que o ritual prevê que o termo seja “exército” e não “exercito”: o lapso pela falha na acentuação não pode ser considerado como um erro de digitação, pois parecem recair imposições de outra ordem sobre ele, que não apenas a falta de destreza ao digitar (CATTELAN, 2020).

Cabe mencionar a contribuição de Lacan dentro das questões e correlações entre linguística e psicanálise, pois o referido autor, defende a ideia

³ Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

de que as leis de produção do inconsciente, estão intimamente vinculadas com as leis de composição do discurso, que seriam a combinação e a substituição além das duas funções que as duas exercem: metonímia e metáfora.

Lacan cria uma teoria do significante, na qual este não é mais a outra face do signo em relação ao significado e só existindo nessa associação, mas a ordem do espaçamento segundo a qual sustenta-se uma cadeia em que se marca a lei como diferença (HARTMANN, 2003, p. 35).

Quando se deparou com o algoritmo proposto por Ferdinand de Saussure, ou seja, a relação entre significado e o significante, o autor Lacan passa a privilegiar o significante, pois acredita que o mesmo é o próprio caracterizador do nível inconsciente. O autor afirma, que existe uma barreira que separa o significante do significado, e para ele, essa barreira que possibilita o estudo das ligações do significante com os quais formam cadeias, correntes fonéticas que geram ou significados. Segundo a visão de Lacan os significados, portanto, são limitados pelo significante.

Sendo assim cumpre destacar, que segundo o maior ponto de diferenciação psicanalítica em relação a linguagem, fica evidente quando se observa as propostas feitas por Jakobson, em relação à releitura que comporta ao saber linguístico, ou seja o desejo que provém do inconsciente.

Para defender sua ideia, Lacan expõe as restrições que são inerentes à própria língua, visto que segundo o autor são aquelas que não conseguem abarcar todos os possíveis significados em relação às coisas. Ele também acredita que sejam insuficientes, e que somente estão presentes no nível do conceito em seus escritos de 1978. O autor começa a enfatizar a necessidade do abandono da ideia de que significante tem a função de representação do significado.

Portanto, o significante pode existir independente da associação com o significado, sem esquecer que os significantes na realidade são o somatório de diversos fonemas, que foram organizados de acordo com regras que já foram estabelecidas previamente.

A distribuição tópica que se esboça separa o plano onde o sujeito se efetua na primeira pessoa e o lugar desse código onde ele é dado, mas onde justamente, como sujeito-agente, é elidido e de

onde sua palavra se origina para se inverter ao ser proferida e aí retornar definitivamente, posto que este é o lugar que garante sua intelecção e sua verdade. A falta do código ao nível da palavra e a falta do sujeito-agente no lugar do código, que são correlatas, abrem no interior da linguagem a fissura do inconsciente. Podemos dizer agora: o sujeito é capaz de um inconsciente (MILER, p. 17 – 18).

Para o psicanalista Lacan, o inconsciente está relacionado com o social, a política⁴, o real furado pelo significante⁵, que na realidade é transindividual e inacessível. Dentro da obra do autor o que fica presente é que ele é estruturado como uma linguagem. É importante mencionar que ao longo dos seus 27 seminários, Lacan vai repetir que o inconsciente é o discurso do outro.

Para Lacan, o que nos faz sujeitos, é justamente essa amargura, visto que o ser humano está completamente preso a estrutura ligada a linguagem, desse modo, enquanto sujeitos, somos diferentes de todos os outros sujeitos do mundo. Do mesmo modo que um significante adquire estatuto pela oposição aos outros significantes que permanecem dentro da estrutura, na visão de Lacan, o sujeito também adquire estatuto via oposição, não se fala em um sujeito sozinho, mas sim um sujeito em relação a outros sujeitos, tal qual o significante dentro da língua.

“Trabalhar com o texto é aprender a manejar sentidos” (MAIA, 2006, p. 31), logo, os sentidos sempre podem ser outros, podem se constituir “em múltiplos planos significantes” (ORLANDI, 1996, P. 14), e há, também, os sentidos que escapam pela via do equívoco, do lapso. Os sentidos são constituídos pelas diferentes posições, sujeito em diferentes FD, que, por conseguinte estarão relacionadas a diferentes memórias em sua relação com a exterioridade, com o interdiscurso, conforme Maia (2006).

A interdisciplinar da AD de linha francesa se deve pela interrelação da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, e este último abarca o inconsciente, peça central para explicar a interpelação ideológica e o assujeitamento, sendo base para postulados como os esquecimentos nº1 e nº2.

⁴ Conforme Lacan fala no seminário inédito, a lógica do fantasma, lição de 10/05/1967, “eu nem digo que a política é o inconsciente, mas simplesmente que o inconsciente é a política”,

⁵ Conforme Lacan fala no seminário inédito, **RSI**, lição de 15/03/1975, “a meu ver não há outra definição possível do inconsciente, o inconsciente é o real. meço minhas palavras se digo - é o real na medida em que ele é furado”.

No entanto na AD e na Psicanálise o inconsciente não tem o mesmo efeito de sentido: na AD é o inconsciente ideológico, e na psicanálise o inconsciente é analítico, referindo-se a uma relação com os processos de inculcação, de recalque e de censura (CATTELAN, 2020).

Deste modo, a relação entre o inconsciente e o ato falho, deve-se ao fato de o primeiro ser a força que irrompe no equívoco/lapso/ato falho, emergindo no dizer aquilo que não poderia/deveria ser dito. Dada a teorização, o "exercito" não deveria aparecer, mas pelo lapso na escrita ele revela-se: *elas* são o exercício do presidente (Bolsonaro), um exercício de subserviência, assim como numa comanda militar de obediência (das diversas formas), bem como a memória discursiva de uma ideologia da dominação masculina. Deste modo, uma conjuntura social, e determinados efeitos são soterrados no inconsciente, revelando o desejo do servir à figura masculina, por mais que haja o desejo por uma busca da autonomia da mulher livre, ocupando inclusive um espaço predominantemente masculino, como o exército, esta tentativa falha pela via do equívoco na escrita.

Como vimos, a escolha da palavra, não se dá pela via do sujeito consciente, pela forma sujeito do discurso idealista, que se pauta na aparência de um sujeito livre, que cria, que é origem, fonte do seu dizer. Porém, o sentido, efetivamente, vem de outro lugar, pois o sujeito esquece que é já-sempre sujeito. Essa escolha ocorre em função de sua inscrição em uma FD da subalternidade.

No enunciado da SD1 temos, inicialmente, a partir da imagem, um exército constituído por mulheres. Um exército que trabalha para o governo, enquanto aparelho repressor do Estado. Ele não possui autonomia, está submetido às ordens do governo.

Temos uma falsa ideia de que somos nós que escolhemos as palavras, quando na verdade são as palavras que nos escolhem, num processo via inconsciente, no nível do desejo.

Tal relação também pode ser observada pela postura empregada pelas mulheres na imagem da SD1. *Elas* estão em posturas distintas das que são empregadas pelo exército, que remete à obediência, posicionando as mãos para trás, ou a bater continência, com a mão direita na testa. *Elas* levam a mão à

cintura, os pés também não estão próximos, destoando totalmente ao padrão estabelecido a um exército. Além disso, elas são mulheres que não tem rostos definidos, já seus corpos curvilíneos são destacados. Essas informações apontam para esse sentido outro que buscamos analisar a partir do lapso na escrita.

Para Freud, há uma intenção inconsciente que espera o momento para emergir e expressar um desejo recalcado. As formas do lapso de escrita podem ser variadas: há casos de repetição ou esquecimento de palavras, de distorção de nomes, de supostos erros tipográficos; entretanto ele chama a atenção que quaisquer que sejam as formas, elas serão sempre motivações do inconsciente como meio de expressão de um desejo proibido (MAIA, 2006, p. 35).

O lapso na escrita apresentado na SD1, introduz um outro significante, diferente do sentido já previsto pela página *Mulheres.com*. Os lapsos rompem com a transparência da linguagem, de que o que eu falo o outro compreende, recebe tal qual. Os sentidos estão sempre à deriva e os lapsos dizem diretamente sobre os sujeitos, o sujeito clivado, desejante, que não tem controle sobre seus ditos, pois todo discurso é um já-dito, um já-lá. Somos apenas porta-vozes dos discursos.

Portanto, há duas frentes: uma da ordem do consciente, indício esse, que nos é dado pela falsa evidência da transparência da língua e outra que está na ordem do inconsciente, do sujeito desejante e que não está acessível ao sujeito. Desta maneira, o consciente é determinado pelo inconsciente.

O ritual previa um exército, mas não um exército comum, armamentista, mesmo porque não levam armas em suas mãos. É um exército que luta com outro tipo de arma. O termo é retirado do campo semântico militar para produzir efeitos nas redes sociais a partir da significação das mulheres como protetoras de Bolsonaro, quase como figuras maternas. Somente um tipo de mulher é aceitável no exército feminino de Bolsonaro.

Com a postura por *elas* empregada, e o apoio fiel anunciado "somos", que sentidos outros o sujeito desejante pode querer ou oferecer, além da proteção disponibilizada e valendo-se de uma postura sedutora, teria, talvez, algo do desejo sexual, uma vez que em uma SD dita pelo presidente: "eu não te estupraria porque você não merece", então, talvez, seriam *elas* o tipo de mulheres

que merecem aquele estupro citado por *ele!* O “exército feminino de Bolsonaro” mereceria esse ato em troca da proteção que *elas* oferecem a *ele*. Esse efeito de sentido se dá, além, pelo lapso na escrita do verbo “exercito” (exercitar), é possível que haja essa relação entre as SDs, afinal, o discurso é das mesmas mulheres em relação ao mesmo homem/ele presente na SD2. *Elas* não têm rosto definido, são silenciadas em sua individualidade, mas *elas* exercitam, atendem aos desejos do presidente neste exercitar que emerge por meio do lapso “exercito”.

Para a AD, a construção discursiva do sujeito mulher se dá por meio de processos ideológicos que se inscrevem na materialidade linguística das formulações. O gesto de análise, na SD6 abordada, procura mostrar como evidências ideologicamente construídas acerca dos conceitos de “mulher”, e “feminino” se (re) produzem no funcionamento discursivo do pronome (nós), inserido por meio da elipse, e designação (feminino), dando sustentação a um efeito de naturalização das categorias de gêneros em nossa formação social. O pronome e a designação podem ser compreendidos, desde a perspectiva discursiva, como marcas linguísticas que remetem à posições-sujeito nelas inscritas, ou seja, há posições discursivas ideológicas inscritas no discurso como projeções de lugares sociais.

EFEITOS FINAIS

Percebemos, muitas vezes, que o sujeito mantém relações contraditórias com os lugares sociais que ocupa em determinada sociedade. Esses lugares sociais são regidos pelo imaginário, isto é, eles não são os lugares empíricos (da mulher feminina, da mulher feminista, mulher de direita, etc.), mas imagens que nossa sociedade constitui para elas.

Desta forma, tendo em vista esses lugares de enunciação (ZOPPI-FONTANA, 2001), considerados a partir das relações de forças que constituem as condições de produção desses discursos, destacamos as posições-sujeito de mulher construídas por meio, principalmente, do pronome (nós) e da designação, adjetivação (feminina), em sua inevitável relação com a memória discursiva. Tal funcionamento constitui os efeitos de sentidos dos discursos do ser mulher

feminina ou feminista, permitindo uma reflexão fundamental para a compreensão destas práticas de “militância” feminina/feminista, ou seja, são implicações político-ideológicas. O discurso produz sentidos em relação às posições-sujeito, isto é, em relação às formações ideológicas em que essas posições se inscrevem.

Nesta SD1, a imagem de corpos delineados, se inscreve pela representação de um padrão de beleza, e classificados dentro de um modelo de “corpo” que atende a uma demanda do mercado estético, de quem tem dinheiro, trazendo à memória de uma beleza da Idade Média, na qual o uso do corset/espartilho servia para diminuir a cintura, mas principalmente era a forma de mostrar que o seu marido tinha dinheiro, pois era uma peça cara. Assim, uma posição-sujeito se refere a alguém ou uma coletividade no mundo: mulheres femininas, mulheres belas e sedutoras. Essa formulação funciona como uma formação ideológica quanto ao modo com que a SD1 emprega o termo “feminino”: trata-se de questionar a “institucionalização ideológica do corpo feminino”.

Sócio-historicamente, o lugar de enunciação de defesa do feminino tem efeitos determinados, pois a categoria do feminino é uma categoria criada pelo/no sistema patriarcal, uma categoria que historicamente naturaliza a mulher como constructo social inferior ao homem, ao masculino.

Segundo Guimarães (1995), os processos de designação são compostos por relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições-sujeito, a partir dos quais instala-se um sentido (feminino), apagando outros sentidos possíveis, dizíveis (feminismo), aqui direcionando aos dois termos, feminino e feminismo.

De acordo com Zoppi-Fontana (1999), é o nome que revela as fronteiras internas das formações discursivas, isto é, que delimita o que é permitido dizer e o que é necessário silenciar. Tanto a designação quanto o objeto de referência são produzidos ao mesmo tempo, como efeitos de evidência pelos gestos de interpretação (ORLANDI, 1996) e definem as diferentes posições-sujeito a partir das quais se enuncia. Isso quer dizer que as designações são efeitos dos gestos de interpretação, pois seu funcionamento consiste em construir discursivamente

o referente, fixá-lo em relação a outras denominações com as quais ele se encontra em relações parafrásticas, como nos aponta Orlandi,

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. (ORLANDI, 2015, p. 34).

Nessa perspectiva, não é a determinação linguística, mas a determinação discursiva que irá construir o/s sentido/s, isso ao integrar sequências discursivas afetadas por determinadas formações de mesmo cunho.

Os processos de denominação atuam de forma desigual na discursividade, pois eles são efeitos do real histórico que, “em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido” (ORLANDI, 2015, p. 72). Nas formulações, aparecem como contradições: as relações sociais são permeadas por embates dessemelhantes nos quais há, entretanto, uma posição dominante, que neste capítulo a designação feminina está atrelada a uma filiação do discurso dominante do patriarcado e a negação ou silenciamento do termo feminismo em detrimento do verbete feminino.

REFERÊNCIAS

BARONAS, Roberto Leiser. **Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade**. In: SARGENTINI, Vanice e Pedro Navarro-Barbosa. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos (SP): Claraluz, 2004, p. 45-62.

CATTELAN, João Carlos. **Do ato falho: elucidação para quem?** 2020. Disponível em: <https://url.gratis/aYhDv>. Acesso em: 13 jun. 2021.

INDURSKY, Freda. **Da interpelação à falha no ritual**: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, L. B. Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

LAGAZZI, Suzy. **Linha de Passe: a materialidade significativa em análise**. RUA [online] – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>, n. 16, v. 2, 2010, acessado em 12 de agosto de 2021.

MAIA, Maria Claudia G. **O lapso de escrita como refúgio do sujeito**. In: MARIANI, Bethania (Org.). A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. Ed. São Paulo: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela; FERRARI, Ana Josefina. **Mulheres em Discurso**: gênero, linguagem e ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ZOPPI FONTANA, M. **Lugares de enunciação e discurso**. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2001.